



A TRAGÉDIA ANUNCIADA DO EAD

Manifesto do CAEQ

LUTAR CONTRA O EAD É
LUTAR CONTRA A PRIVATIZAÇÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Quem ganha com o
EAD no Brasil?

**O QUE FAZER DIANTE DESSES
ATAQUES À UNIVERSIDADE PÚBLICA?**

QUEM GANHA COM O EAD NO BRASIL?

COM TANTAS PESQUISAS
APONTANDO A PRECARIZAÇÃO
DO ENSINO NESTE FORMATO,
POR QUE A INSISTÊNCIA
DESSA IMPLEMENTAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES?

➔ 1989

“Consenso de Washington”

Reunião entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos.

Deste encontro, saíram **10 medidas** a serem aplicadas para “acelerar o desenvolvimento” de vários países da América Latina e Caribe. **Medidas estas que visavam agravar, ainda mais, a dominação sobre estes países.**

→ **1995**

BM e UNESCO lançam documentos para **incentivar ainda mais a privatização e a utilização do EaD**

→ **1997**

Aprovada a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB 9394/96) no Brasil, quando o **EaD passa a integrar oficialmente as políticas educacionais do país.**

→ **2001**

É criado o **programa federal de Financiamento Estudantil (Fies)** no qual o governo cederia empréstimos para financiar a graduação no ensino superior privado. **Este programa endividou inúmeros estudantes**, como mostra os dados entre 2010 e 2020, em que 3 milhões de estudantes participaram do Fies, e destes, 2,8 milhões ainda estão em débito com a União.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2001-2010 incluía 22 metas para a modalidade de EaD.

→ **2004**

É criado o **Programa Universidade para Todos (ProUni)**. Neste programa, o governo federal, **ao invés de utilizar o recurso público para investir nas instituições de ensino públicas, passa a pagar às instituições privadas de ensino** pelas bolsas, através do incentivo fiscal.

→ 2005

Criação do Decreto 5.622, de 19 de dezembro, o qual **regulamenta o EaD no país**, proporcionando o **aumento, entre 2005 e 2006, de 184% no número de cursos autorizados para EaD e de 171% no número de Institutos de Ensino Superior credenciados para a modalidade na educação superior** entre 2004 e 2006 (INEP/MEC).

→ 2011

BM e a Sociedade Financeira Internacional **reforçam o incentivo ao ensino privado.**

→ 2014

Publicado um documento do CNE e UNESCO para avaliar a implementação do EaD no Brasil entre 2002 e 2012, particularmente no que se referia a cursos de formação de professores, "**com vistas a subsidiar a CES/CNE na elaboração de diretrizes do processo de regulamentação e avaliação do EaD**".

→ 2016

Passa a ser permitido que 20% da carga horária de qualquer curso superior seja por EaD.

Conselho Nacional de Saúde (CNS) lança a Resolução nº 515 se posicionando contrário a graduação em EaD de qualquer curso da área de saúde.

Aumento no número de matrículas
EaD do ensino superior

	Ensino Público	Ensino Privado
Entre 1980 e 1998	↑ 65,49%	↑ 49,28%
Entre 1998 e 2016	↑ 147,5%	↑ 348,0%

Ainda mais preocupantes são os
dados sobre cursos de Licenciatura

	Ensino Público	Ensino Privado
Ensino Presencial	↓ 5,5%	↓ 45,9%
Ensino Remoto	↑ 116,83%	↑ 398,0%

→ 2017

Em um documento do Grupo Banco Mundial denominado “Um Ajuste Justo – Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil” **propunha para as universidades públicas “buscar recursos em outras fontes”**.

MEC lança o decreto nº 9057, no qual **flexibiliza as regras para abertura de cursos ofertados por instituições privadas, eliminando exigências** e favorecendo a sua implementação.

→ 2018

CNS aponta o **descumprimento do órgão do poder executivo diante da Constituição de 1998 acerca da formação na área de saúde**, em função do aumento de cursos EaD na rede privada de profissionais de saúde. Também aponta, que desde 2016, o CNS passa a ser excluída dos debates com o, então, Ministro da Educação Rossieli Soares. **Neste período, o MEC ampliou o número de cursos de EaD na graduação de saúde sem dialogar com o CNS**, e com isto, só em 2017 surgiu 8811 novos cursos na área.

Foram extintas 11811 bolsas de pesquisa financiadas pela Capes, o equivalente a 12% das bolsas de mestrado e doutorado financiadas pela instituição no início do ano.

→ **2018**

Neste mesmo ano, observou-se **acentuada precarização do incentivo às pesquisas nacionais.**

o MEC ampliou a **possibilidade da carga horária presencial para EaD de 20 para 40%.**

91,6% das matrículas em EaD eram da iniciativa privada, o grupo Kroton (Cogna Educação após as fusões), por exemplo, possui mais de 90% dessas matrículas. **O Inep de 2018 também mostra que 30% dos cursos nas iniciativas privadas são em EaD, e no caso das instituições públicas são 8,3%.**

→ **2019**

MEC propôs às universidades o projeto denominado **Future-se, o qual a esmagadora maioria das universidades federais rejeitaram.** O programa propunha às instituições **buscarem na iniciativa privada o seu financiamento.**

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, **cortou 5,839 bilhões do Orçamento Federal para Educação, o que significou 30% da diminuição do orçamento para as Universidades Federais.**

Importante ressaltar que **Paulo Guedes é irmão de Elizabeth Guedes**, membro do Conselho de Participação do Fundo Garantidor FIES e presidenta da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup) que inclui entidades que representa monopólios educacionais como Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras. **Elizabeth é, “por coincidência”, uma forte defensora do EaD.**

→ 2020

Em junho, Rossieli Soares, agora Secretário de Educação do Estado de São Paulo, declarou a **criação de uma licitação para compra de equipamentos digitais para professores, subsidiada por empréstimos do BM**. No mesmo mês, Bolsonaro lança uma **medida provisória que permitia, o então Ministro da Educação, a escolher reitores temporários das universidades federais durante o período da pandemia**.

O orçamento da Capes sofre redução de 48%

O governo anunciou o **congelamento de R\$ 1,71 bilhões dos gastos da universidade**. O então ministro da Educação, Abraham Weintraub atualmente indicado a um cargo no BM, declarou **"Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão as verbas reduzidas"**.

COMO A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO SE RELACIONA À PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E DA PESQUISA NACIONAL?

**LEIA O MANIFESTO DO
CAEQ: A TRÁGEDIA
ANUNCIADA DO EAD**

Centro Acadêmico dos Estudos de
Química – Gestão Maré 2020